



SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO NORDESTE

4 a 7 / novembro / 2014 ★ Natal ★ RN

ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DE ALOCAÇÃO DE ÁGUA: O CASO DO ESTADO DO CEARÁ

*Samiria Maria O. da Silva; Sandra Helena de Aquino;
Francisco de Assis de Souza Filho*

1. Introdução

- As secas e a capacidade da sociedade de mitigar ou adaptar-se ao estresse associado à mesma, impulsiona a buscar por modelos de gestão de recursos hídricos que tenha como objeto apenas o incentivo a construção de obras de infraestrutura hídrica.
- Neste contexto, o conhecimento e o estudo dos modelos de alocação de água comumente propostos ou praticados é relevante, dado o seu potencial papel na adaptação à variabilidade e mudanças climáticas.

1. Introdução

O estudo visa propor alternativas para o atual modelo de alocação de água do estado do Ceará e avaliar qualitativamente este modelo segundo os aspectos:

Eficiência, legitimidade e sustentabilidade política, equidade, sustentabilidade financeira e capacidade de adaptação.

2. Alocação de água no estado do Ceará



Alocação negociada (curto prazo) e outorga de uso (longo prazo).

A outorga é o mecanismo administrativo que garante o direito de uso da água, por um prazo determinado (4 anos), nas condições expressas pela Política Nacional dos Recursos Hídricos.

O volume máximo outorgável (vazão de referência) é definido pela Lei Estadual nº 14.844 de 28 de dezembro de 2010 e consiste em 90% da vazão com 90% de garantia.

2. Alocação de água no estado do Ceará



Alocação negociada de água apoia-se na participação de diversos usuários, sociedade civil, poder público congregados nos comitês de bacias, bem como na existência das comissões gestoras e em alguns casos das comissões de usuários.

Os cenários de alocação são apresentados aos membros dos comitês de bacia que estabelecem um acordo relativo ao uso da água.

3. Análise das Alternativas de Alocação



Inclusão de ajustes operacionais e estruturais

Ajustes operacionais:

Associação formal dos Mecanismos de outorga de uso e cobrança.

Incorporação de um fundo de reservas ao modelo atual com o intuito de regularizar dos fluxos financeiros interanuais e reduzir a fragilidade do sistema de cobrança.

3. Análise das Alternativas de Alocação

Ajustes estruturais:

Propõe-se que a outorga seja emitida com diferentes garantias de longo prazo, por exemplo, ($G3=80\%$, $G2=90\%$ e $G1=99\%$), sendo estas garantias definidas na Lei Estadual.

Estas garantias diferenciais estariam associadas a prioridades em anos secos, $P3 < P2 < P1$.

Os usuários pagariam preços (Pr) diferentes e crescentes com o acréscimo das prioridades $Pr3 < Pr2 < Pr1$.

3. Análise das Alternativas de Alocação



Ajustes estruturais:

O preço seria definido pelo Estado (preço público) e todos os usuários que tivessem disposição a pagar este preço realizariam seus pedidos de outorga ao poder público que ratearia o volume alocável em cada bacia. entre estes usuários.

Operacionalização do poder de polícia do Estado consistindo no sistema de identificação do infrator (Fiscalização) e punição do mesmo (regras claras de multa e pagamento de danos).

3. Análise das Alternativas de Alocação

3.3. Análise do sistema com os ajustes

A sustentabilidade financeira em anos normais está garantida pelo rateio de custos realizados na tarifa. Em anos secos, com a efetivação do fundo de reservas.

O sistema tem boa capacidade de adaptação associada à flexibilidade do processo de decisão nos comitês de bacia e comissões dos usuários.

Porém, as decisões não são previsíveis podendo levar a insegurança de longo prazo dos usuários quanto a novos investimentos.

3. Análise das Alternativas de Alocação



A garantia de água a preços mais baixos (associados a baixas prioridades) gera a uma maior equidade.

O sistema de preços diferentes para garantias diferentes (associadas a diferentes prioridades) gera uma maior equidade e eficiência econômica.

A legitimidade e sustentabilidade política são garantidas pelo processo de participação pública e construção de consenso operado pelo comitê de bacia e pela comissão de usuários;

4. Considerações

A utilização de novos instrumentos (como um sistema de preços diferentes e o fundo de reservas) são fundamentais para a sustentabilidade do sistema de recursos hídricos do estado do Ceará.

Os ajustes propostos permitem o alcance de maior equidade, eficiência e sustentabilidade financeira uma vez, o processo de participação já garante legitimidade e sustentabilidade política.

Agradecimentos: CAPES e CNPq.

OBRIGADA!!